

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

(Versão Pública.)

Sua Excelência Senhor

Dr. Daniel Francisco Chapo, Presidente da República

Exmo. Senhor Professor Salim Valá, Ministro da Planificação e Desenvolvimento

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

I. INTRODUÇÃO

1. É uma enorme responsabilidade estar perante esta distinta audiência e conversar sobre um tema que ultrapassa qualquer conjuntura política ou económica: Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050. Proceder uma análise prospectiva e o posicionamento estratégico de Moçambique nos próximos 25 anos, é falar de uma realidade inexistente - é certamente uma ousadia.
2. No centro do debate está o futuro de Moçambique numa perspectiva em que, no horizonte de 2050, o seu crescimento trilhe um caminho sólido, inclusivo e sustentável e em Paz. Pensar sobre o futuro de Moçambique requer identificação das aspirações e das expectativas de mais de 34,5 milhões de cidadãos. Projeções oficiais ¹ referem que, em 2050, haverá 60 milhões de habitantes ¹, dos quais 50,7 % serão mulheres e 62,6% estarão nas zonas rurais. Deste conjunto, estima-se que 66% estarão na faixa de 0-14 anos. Somando estes com a população de mais de 65 anos, apura-se que 30% da população terá de trabalhar para suportar toda a população e contribuir para sua segurança social futura.

Moçambique 2026–2050 - Uma Escolha de Geração

3. Escrever sobre o futuro é, por isso, reflectir sobre as legítimas aspirações de uma juventude que representa a maioria da população; sobre os anseios das famílias que, todos os dias, enfrentam dificuldades para garantir o seu sustento; sobre as crianças que hoje frequentam a escola; os jovens que procuram o primeiro emprego; os agricultores que trabalham a terra com baixa produtividade; os soldados, agentes da polícia e demais servidores públicos; os empresários que persistem em investir apesar das adversidades;
4. Fazer uma análise aprofundada sobre o futuro, exige também reflectir sobre as complexas dinâmicas sociais, políticas e económicas do País, num mundo marcado por crescente volatilidade, reduzida previsibilidade e profundas alterações nas regras que, durante décadas, orientaram a ordem internacional, hoje cada vez mais regidas pela força e por novos equilíbrios geopolíticos e geoestratégicos
5. Durante vários dias procurei encontrar a melhor forma de abordar estes temas desta Conferência. Tive o apoio generoso de oficiais do Ministério da Planificação, do PNUD, do Banco Africano de Desenvolvimento, da União Europeia, da Fundação MASC, todos partilharam as suas ideias e documentação útil.

1993 a 2015: Crescimento económico acelerou e a taxa de pobreza diminuiu

6. Com base nestas informações, poderia limitar-me a apresentar os indicadores de desempenho macroeconómico ² mais recentes e as políticas constantes dos planos do Governo e dos programas das agências de cooperação, como por exemplo referir que ao longo de mais de duas décadas no período de 1993 a 2015, a economia de Moçambique registou um crescimento médio do PIB de 7,9% ao ano.

¹ O relatório da ONU alerta que as projecções também indicam que a população possa chegar a 69 milhões se não houver assistência e acompanhamento demográfico eficaz.

² Os indicadores referenciados constam do Anexo nº 1 qu,e incluem as respectivas fontes de informação

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

- 7.1. Ao longo deste período de 23 anos, após os Acordos de Paz de Roma, aumentaram os investimentos nacionais e estrangeiros, foram implantados grandes projectos, como a SASOL Temane, a Kenmare, a Vale/Vulcan, a Mozal, foram reactivados os corredores logísticos de Maputo, Beira e Nacala, assistiu-se à extensão do Porto de Maputo, empreendimentos mineiros foram iniciados, foram iniciados estudos de prospecção de petróleo e gás e sobre potencial hidroeléctrico Mepanda Nkuwa, Boroma e Lupata no rio Zambeze, só para citar alguns.
- 7.2. Também se expandiram pequenos e médios projectos, sobretudo nos sectores agrícola, hoteleiro e turístico, bem como os serviços da administração do Estado, a distribuição de energia e água e ampliação dos serviços de saúde e educação nos distritos.
7. Estes crescimentos embora significativos, não tiveram impacto transversal sobre a sociedade, mas foram gerados empregos e Moçambique recebeu moeda estrangeira, o que não deve ser subestimado. Este crescimento contribuiu para a redução da taxa de pobreza de 69,4% (1997) para 46,1% (2014);

2016 a 2025: Crescimento económico desacelerou e a taxa de pobreza voltou a aumentar

8. Em contraciclo desta tendência positiva na economia, no período de 2016-2024, registou-se a quebra do crescimento médio anual do PIB para 2,9 por cento, que resultou da revelação pública da contratação de avultados empréstimos, sem observância das leis e normas aplicáveis:
9. Mais de 2.900 empresas encerraram a sua actividade em 2016 e 2017, arrastadas pela súbita contracção da economia resultante da revelação das dívidas ocultas, gerando o incremento do crédito vencido para 11,4% em Setº2017 (abaixo dos 4% até 2014), com efeitos perversos sobre o emprego e a redistribuição de rendimentos.
 - 1) Acrescem os efeitos da pandemia COVID-19, o início da insurgência em Cabo Delgado, pagamentos do serviço da dívida, capital e juros, que absorveram crescentes recursos do orçamento de Estado e do fundo cambial.
 - 2) Neste período, como consequência de a população ter crescido e a economia ter decrescido, a taxa de pobreza se agravou de cerca de 46,1% (2014) para aproximadamente 68,2% (2024), ou seja, em 10 anos, ganhos de 10 anos anteriores, foram perdidos;
10. Nesta análise, poderia falar dos défices fiscais, da elevada taxa de juros real, do crescente desfasamento entre a taxa de câmbio oficial e a paralela, dos atrasos de pagamentos aos fornecedores do Estado, a falta de divisas, das multas arbitrárias que estão a ser aplicadas sobre empresas, das inúmeras inspecções que recaem sucessivamente sobre as empresas que operam em condições difíceis e o pagamento de taxas e taxinhas que presentemente impedem uma produção e a circulação de pessoas e bens, rentável;
11. Poderia acrescentar que dívida pública está num patamar de cerca de 90% do PIB (2026), com peso crescente da dívida interna de curto prazo, que requer atenção;
Poderia falar da secular baixa de produtividade agrícola, da falta de emprego, sobre as carências nos serviços prestados no sector da saúde, sobre a precariedade das infraestruturas escolares, sobre a qualidade do ensino, sobre a distribuição de água e de energia, entre outros.
12. Todos esses factos são verdadeiros. Todos eles merecem atenção cuidada e reflexões aprofundadas sobre cada um dos indicadores. Para configurar as linhas do futuro, poderia fazer uma análise de *swot*³ (Força, Oportunidade, Fraqueza e Ameaças), definir pressupostos de desenvolvimento e elaborar projecções de longo prazo, equacionar vários cenários para dar substância à análise **Prospectiva Moçambique 2026–2050 e o Posicionamento Estratégico do País**, que constituem os tópicos da intervenção que me foram atribuídos.
13. O grande desafio que este “dividendo demográfico” representa é a necessidade imperiosa de investir, desde já, numa educação de qualidade, na criação do emprego e do auto-emprego de qualidade. Dada a

³ A Análise SWOT (equivalente a “FOFA”: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) é uma ferramenta de planeamento estratégico que avalia o cenário interno e externo de um projeto ou negócio

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

magnitude, e por forma a ter efeitos transversais e abrangentes, é óbvio que é urgente que se concentrem esforços para 1) incrementar a produtividade agrícola assente essencialmente na produção do sector familiar e 2) dar prioridade ao efectivo desenvolvimento das MPME's, 3) é óbvio também que se deve dar prioridade a tudo o que o País pode poupar em divisas e ou que permita angariar de receitas de bens e serviços. Tudo o resto deve ser estruturado tendo em conta este desiderato.

Desfasamento entre vontade e a prática

14. Estas orientações, alguns destes conceitos, foram convertidos em decisões da Assembleia da República, não são novas: têm sido reiteradas em diversas reuniões nacionais e internacionais.

15.1. Em particular, a Constituição de Moçambique (CRM) ⁴ desde 1975: *“O Estado promove, coordena e fiscaliza a actividade económica agindo directa ou indirectamente para a solução dos problemas fundamentais do povo e para a redução das desigualdades sociais e regionais”* (CRM Artigo 101); *“Na República de Moçambique a agricultura é a base do desenvolvimento Nacional...”* (CRM Artigo 103); *“Na República de Moçambique a indústria é o factor impulsionador da economia nacional”* (CRM Artigo 104); *“O Estado promove e apoia a participação activa do empresariado nacional no quadro do desenvolvimento e da consolidação da economia do país”* e *“O Estado cria incentivos destinados a proporcionar o crescimento do empresariado nacional em todo o país, em especial nas zonas rurais”* (CRM Artigo 107)

15.2. Apesar de o Estado ser o maior agente económico, a realidade é dissonante:

- 1) Menos de 5% quota de mercado de crédito bancário é determinado por banco nacional. O crédito aos “sectores da agricultura, pecuária, silvicultura e pescas” ⁱⁱ apresenta registos de decréscimos de 16,95% (2001) para 2,07% (2023). Se se considerar apenas o sector da agricultura a redução do crédito foi mais acentuada: 13,69% (2001) reduziu para 1,44% (2023) – sendo esta uma tendência altamente preocupante.
 - Por seu lado, a carteira de empréstimos para o sector do crédito, revela que mais de 35,0% do crédito (2023) está classificado como ‘Particular’ e 16% como ‘Diversos’, ou seja, mais de metade do crédito;
 - De modo similar o apoio estatal para os centros de investigação agrária foi reduzido
- 2) No conjunto, este leque de constrangimentos tornou Moçambique num vendedor de produtos importados, incluindo de produtos alimentares básicos. Moçambique tornou-se num país gerador de emprego noutros países. Isto ocorre num país com um imenso potencial agrícola e hídrico e energético, onde a produtividade agrícola dos bens alimentares essenciais produzidos pelos pequenos produtores não se alterou significativamente nos últimos 60 anos.

15.3. A realidade do dia a dia não condiz com esta estratégia clara e orientadora da política económica a seguir proclamada na data de independência, reiterada nos diversos planos anuais, perfeitamente actual nos dias de hoje.

- 1) O aumento da produção e da produtividade agrária é o único sector que pode absorver os cerca de 500.000 moçambicanos que anualmente demandam o mercado à procura de emprego ou procuram onde se possa aprender habilidades de auto-emprego qualificado.
- 2) Os efeitos da não materialização reflecte-se na vulnerabilidade em que Moçambique se encontra hoje, agravado pelo facto de o lugar e a função os moçambicanos ser absolutamente irrelevante: (a) raras são as empresas moçambicanas que sejam relevantes e competitivas, não existe um único banco moçambicano relevante.

15.4. O importante é compreender-se o que sucedeu e porque sucedeu?

⁴ CRM: Constituição da República de Moçambique (2004) - Artigo 101 (Empresariado Nacional); Artigo 103 (Agricultura); Artigo 104 (Indústria); Artigo 107 (Empresariado Nacional),

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

- 1) Uma realidade destas seria aceitável no Brasil, na Itália, no Paquistão ou na Indonésia ou em Portugal?
 - 2) Não se trate de ser xenófobo, até defendendo que o nosso país deve adoptar uma política de imigração que atraia gente qualificada, atraia empreendedores, que criem empresas, que se associem a moçambicanos na criação de empresas mistas para terem acesso à quota do “conteúdo local”, de cidadãos estrangeiros com domínio da ciência, da tecnologia e da inovação.
 - 3) Parece-me claro que o tema de fundo é: quando e em que condições os moçambicanos irão conceber, gerir e implementar a sua agenda nacional.
- 15.5. Se não houver profunda transformação sobre o que fazemos e como fazemos, a crescente pobreza e desigualdades e o avolumar do desemprego, pode agravar as tensões sociais e económicas, com reflexos na instabilidade política.
- 15.6. O que impede que as ideias de crescimento e desenvolvimento sejam materializadas? Em teoria, a *economia* trata da forma como se produz, se distribui e como a riqueza gerada é distribuída e consumida; a *política* relaciona-se com os diversos actores, com interesses contrários: o patrão versus trabalhador, o importador versus produtor nacional, o produtor agrícola versus indústrias locais, país pobre versus país rico, quem tem o poder do dinheiro ou da tecnologia e ou o poder decidir as regras de jogo (os juros, os preços, regras contratuais, o poder de aprovar leis, etc). Teríamos de analisar os temas relativos com a economia política que não é tema desta conferência.

Que Moçambique queremos e podemos construir até 2050?

15. Ora, acrescentar mais um diagnóstico e propostas de medidas, mesmo que encapsuladas em nova roupagem, dificilmente produziriam uma diferença significativa numa assembleia com esta envergadura. Seria mais um diagnóstico no meio de dezenas de outros, ilustrados em mapas coloridos e capas lustrosas.
16. Preferi, por isso, seguir uma rota distinta e, partilhar com Vossas Excelências, uma reflexão sobre uma pergunta muito mais exigente: **“Que Moçambique queremos e podemos construir até 2050 ?”**
- Simple na formulação, mas complexa nas suas implicações. desde logo porque “*queremos*” depende da nossa vontade, mas “*podemos*” depende das circunstâncias, da disponibilidade financeira e da vontade de outros. Se expressarmos algo que reflecta apenas a nossa vontade, sem calibrar com as possibilidades de isso poder ser materializado, estaremos perante um “*wishfull thinking*”, ou seja, um exercício de reflexão, baseado numa colecção de desejos, sem sustentação.

2050 representa várias gerações, não apenas uma data

17. Na realidade, esta pesquisa encerra toda a complexidade do nosso futuro, porque 2050 não representa apenas uma data, representa várias gerações.
- Muitas das crianças que hoje frequentam a escola primária, em 2050, serão então profissionais, empresários, investigadores, agricultores, médicos, engenheiros, professores, magistrados, governantes ou líderes comunitários.
 - Muitos dos jovens que hoje procuram o primeiro emprego, em 2050, serão responsáveis por dirigir empresas, universidades e instituições públicas.

II. QUE FUTURO PARA MOÇAMBIQUE

18. Esta pergunta “Que Moçambique queremos e podemos construir até 2050?” nos leva a decidir se pretendemos apenas administrar as dificuldades do presente ou se, ao invés, pretendemos construir, de forma consciente, um projecto nacional capaz de transformar profundamente o futuro do nosso País.
19. Alguns países como Singapura, a China, a Coreia do Sul, a Malásia, o Kuwait, os Emirados Árabes Unidos, o Qatar e também a Namíbia, o Botswana e cidades como Cape Town e Sandton, apenas para citar

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

alguns, construíram modelos de crescimento e desenvolvimento assentes na atratividade da sua beleza natural, com possibilidade de investimento imobiliário seguro, como centro de negócios estável, ao que se associa a vibrante manifestação cultural, todos atraídos pelo ambiente acolhedor onde prolifera a beleza arquitectónica, o asseio e a ordem e, essencialmente, a segurança física de pessoas e bens, principalmente pela segurança jurídica dos negócios.

19.1. Acreditando nas suas forças internas e visão, numa mesma geração, as suas lideranças transformaram esses países que, há umas décadas, eram subdesenvolvidas e, com educação de qualidade, programas intensos de formação e treinamento de nacionais, os elevaram para altos padrões de desenvolvimento. Nestes lugares, os cidadãos nacionais e estrangeiros circulam em segurança, onde os passeios e as passeadeiras são para os cidadãos andarem e as estradas são para os carros circularem. Quem prevaricar é penalizado, sem contemplações, nem considerações especiais.

19.2. Alguns destes países não praticavam princípios democráticos, uns são monárquicos, todos no mundo apreciam os seus progressos, porque o ambiente social e o de negócios estava sustentado pelas leis, algumas musculadas. A orientação era clara: Quem pisar a(s) linha(s) vermelha(s) fazem-no exclusivamente por sua conta e risco.

Não houve complacência relativamente aos que pisavam o risco: na Malásia, um primeiro Ministro foi preso por corrupção, na Jordânia um príncipe foi julgado por traição, no Reino Unido dois príncipes foram julgados por infringirem leis. Singapura é conhecida por ser um país com tolerância zero com a indisciplina, corrupção e falta de integridade. Vários membros do Governo foram afastados ao longo de anos. Fizeram isso, em nome da defesa do interesse colectivo, no cumprimento da lei e da ordem, visando a protecção dos activos públicos e pelo bem estar dos seus cidadãos.

O sucesso marcante destes países resultou da clareza do caminho a seguir, da constância das suas políticas e da firmeza da sua acção. Também resultou da sabedoria, do esforço e da criatividade das suas lideranças que têm sido intransigentes na defesa do seu interesse nacional, e alta competência na execução das leis e das decisões do Governo, e assim, conseguiram transformar os seus países numa única geração! E quando não havia capacidade técnica nacional contratava-se no estrangeiro, de entre, o melhor que houvesse.

20. Em Moçambique podemos almejar seguir um caminho similar. Claro que é um caminho longo, muito trabalhoso, mas é um objectivo alcançável. Até porque, o nosso País já viveu momentos em que o moçambicano era percebido internacionalmente como humilde, disciplinado, pontual, organizado, com domínio dos ‘dossiers’.

Moçambique não pode ser referenciado como um país adiado, com concursos viciados, de indisciplinados, em que o interesse privado prevalece sobre o interesse colectivo. Os chamados “*fundos públicos*”, em última instância, pertencem aos cidadãos e às empresas contribuintes ou constituem fundos generosamente cedidos pelos doadores. Esses recursos, arrecadados pelo Estado, não devem ser desviados para fins privados, devem ser poupados e usados para assegurar boa administração pública, para melhorar os serviços de educação e da saúde, para melhorar as estradas e pontes. Voltar a viver com os valores positivos dos nossos pais, viver com lisura, com decência, viver em paz e em harmonia deveria ser o nosso código de base. O regresso a estes valores civilizacionais poderia ser um passo firme para traçar o nosso bem comum, num futuro que envolve todos e os beneficia.

O futuro depende das decisões tomadas a partir de agora

20. Nesta senda, se nos abstrairmos por uns momentos das dificuldades do nosso dia a dia, convido-vos a imaginar que, daqui a 25 anos, em Julho de 2050, estaremos novamente reunidos algures, alguns estarão com presença virtual. Ao olharmos para trás, perguntaremos inevitavelmente quais foram as decisões que verdadeiramente mudaram o rumo do País, de um país de baixa renda para um País de

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

média renda, a caminho de um desenvolvimento de alta renda. Que oportunidades soubemos aproveitar. Quais as que desperdiçámos. Que reformas tivemos coragem de materializar a bem do País e as que não tivemos coragem de realizar e isso explica porque o País continuaria atolado no subdesenvolvimento.

21. Creio que, nesse momento, se poderiam equacionar dois grandes cenários:

- No **primeiro cenário: O cenário da continuidade ou de retrocesso** - Moçambique teria crescido apoiado na exploração dos seus recursos naturais, mas não conseguiu transformar esse crescimento em prosperidade para a maioria da população. Persistiriam desigualdades crescentes, onde grande parte da riqueza continuaria concentrada, a corrupção continuaria a desviar fundos e apropriar ilicitamente os recursos escassos, as instituições continuariam frágeis, com baixa produtividade agrícola, as oportunidades insuficientes para a juventude, onde a economia permanece excessivamente dependente da exportação de matérias-primas, Onde o potencial agrícola continua subaproveitado, Onde as empresas nacionais permanecem frágeis. Onde as instituições continuam vulneráveis e o orçamento público continuaria deficitário sem possibilidade de financiar bons serviços de administração pública;
- No **segundo cenário: O cenário da transformação** - O País teria utilizado as receitas extraordinárias obtidas pela exploração dos seus recursos naturais como ponto de partida para construir uma economia diversificada, baseada no conhecimento, um país que investiu nas pessoas no aumento da produtividade, na inovação, soberania alimentar em empresas competitivas e em instituições fortes e uma administração pública eficiente. Um país onde o crescimento económico deixou de beneficiar apenas alguns sectores para passar a beneficiar a sociedade no seu conjunto, um país em que o desenvolvimento deixou de ser uma promessa para passar a constituir uma realidade vivida pelas famílias, um país intransigente na defesa da lei e da ordem, com disciplina, cidades asseadas, com jardins aprazíveis, onde as famílias andariam seguras nos passeios e nas passeiras, onde o desenvolvimento deixaria de ser apenas um objectivo político para passar a constituir uma realidade sentida pelas famílias moçambicanas.

Queremos apenas crescer ou queremos transformar Moçambique?

22. Nenhum dos cenários depende exclusivamente da evolução da economia mundial, nenhum depende apenas do preço internacional do gás, nenhum depende exclusivamente dos parceiros internacionais. A diferença entre estes "dois futuros" não será determinada pelo acaso ou pela sorte nem será definida pela abundância dos recursos naturais. A principal diferença depende de nós. Depende da qualidade das nossas decisões, da capacidade das nossas instituições, da competência das nossas lideranças, da dedicação dos nossos funcionários públicos, da coragem dos nossos empresários, da criatividade dos nossos jovens, da responsabilidade dos nossos académicos, da integridade dos nossos magistrados, da participação activa dos cidadãos. Em suma, depende da capacidade de colocarmos o interesse nacional acima de qualquer interesse particular.
23. A história demonstra, aliás, que os recursos naturais, por si só, nunca garantiram prosperidade. Será determinada, essencialmente, pela qualidade das decisões tomadas nas próximas duas décadas.
- Existem países extremamente ricos em petróleo, gás, minerais ou diamantes que permanecem pobres. Nuns casos desenvolveram a exploração da indústria de petróleo e gás, mas à sua volta grassa uma realidade indigente e doentia – este é um cenário que os moçambicanos deveriam rejeitar;
 - Existem igualmente países praticamente desprovidos de recursos naturais que conseguiram construir algumas das economias mais desenvolvidas do mundo – o que podemos aprender destes países!
 - O factor diferenciador nunca foi apenas a riqueza existente no subsolo - foi, sobretudo, a adopção rigorosa dos princípios de ética e moral pelos seus cidadãos, as regras de civismo, da disciplina, do

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

respeito pela lei e ordem. Segue-se (i) a elevada qualidade das instituições, (ii) a visão estratégica das lideranças, (iii) a estabilidade das políticas públicas, (iv) a preservação da memória institucional, (v) a competência específica na materialização dos projectos, (vi) a confiança dos investidores e (vii) a segurança física das pessoas e (viii) efectiva protecção jurídica dos seus investimentos;

- A valorização do conhecimento e a capacidade de transformar recursos naturais em riqueza produtiva.
- A capacidade de transformar as altas taxas de crescimento da população que constitui o dividendo demográfico, em dividendo produtivo.

24. O desenvolvimento não acontece por geração espontânea, constrói-se, planeia-se, executa-se, avalia-se, corrige-se, insiste-se, persiste-se, e nunca se desiste, não se atira foram projectos do passado, analisa-se criticamente, ajusta-se e continua o projecto com vigor, com rigor, com patriotismo.

Excelências, amigos.

25. Nestas deambulações reflexivas escrutinando a história e a geografia, poucos países tiveram simultaneamente uma localização estratégica tão favorável, recursos naturais tão generosos, uma população tão jovem e um contexto internacional, apesar do caos, ser propício para participar no desenvolvimento de África, que já está acontecendo. Moçambique possui hoje essa combinação rara.

- Temos recursos, temos energia, temos terra, temos água, temos talento, temos juventude, temos parceiros de todos os quadrantes do mundo, temos algum conhecimento acumulado. Precisamos de humildade, conhecimento específico, maior capacidade de empreender e de uma mentalidade e vivência, com valores éticos e morais!

26. Possuímos uma visão estratégica construída consensualmente, a Assembleia da República aprovou a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Económico (ENDE) e os diversos planos. O que determinará o nosso sucesso já não será a existência de oportunidades - será a nossa capacidade para as concretizar!

Este é um dos grandes problemas do nosso País. Sem ofensa, diria que em geral temos um grande défice de liderança técnica, com conhecimentos específicos para realizar com qualidade uma determinada função ou projecto. Um paradigma de sucesso requer uma dosagem adequada do político e do tecnocrata, um não dispensa o outro, requer conhecimentos do outro.

- Falta a modéstia de reconhecer que uma pessoa não pode ser tudo, não pode assumir qualquer função: um economista, não pode num dia outro, ser médico-cirurgião, um bom director não necessariamente é bom administrador de uma corporação.
- É essencial possuir conhecimento específico, sabedoria ("*sagesse*"), competência técnica e experiência, para que do seu trabalho, resultem resultados palpáveis no projecto ou em determinada função técnica. O PCA não é uma pessoa figurativa – tem de saber do ofício! Ego elevado não substitui a necessidade de "saber fazer e de saber fazer bem"! Assim como um "bom" técnico pode ser um "mau" líder político, a inversa é igualmente verdadeira: um bom político não é necessariamente bom gestor. A muitos, falta também o "saber ser", o "saber estar", e falta "saber estar com os outros". Em minha opinião, a mediocridade não só atrasa processos e projectos como é penosa e perdulária.
- No processo de desenvolvimento amplo que visionamos a liderança com bons exemplos é determinante para a mobilização do esforço colectivo

27. Nesse encontro imaginário daqui a vinte e cinco anos, quando uma nova geração se reunir para avaliar o percurso realizado, espero sinceramente que se possa afirmar que esta foi a geração que soube transformar esperança e a confiança em estratégia, estratégia em políticas públicas, normas e procedimentos, políticas públicas em resultados, resultados em ampla prosperidade.

28. É precisamente sobre essas decisões que gostaria de reflectir com V. Exas. Não pretendo apresentar soluções milagrosas porque não as tenho nem creio que existam. O desenvolvimento nunca resulta de fórmulas simples nem os investimentos produzem frutos no dia seguinte, existe sempre um tempo da

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

execução do investimento, de montagem das infraestruturas e das maquinarias, de preparação dos técnicos e angariação dos meios, o que leva tempo, é o tempo de maturação. Os benefícios nunca ocorrem no mês seguinte, por vezes leva 3 a 5 anos. Alguns reagem contra os grandes projectos porque empregam poucas pessoas. Mas isso é como é, e não necessariamente depende do Governo e ou do investidor. Se empregasse mais pessoas, para além do planificado, isso iria pôr em causa a viabilidade do projecto. Outros, questionam porque não se atraem investimentos de trabalho intensivo – isso seria certamente desejável, mas isso só depende do dono do projecto. É preciso muita paciência.

Acresce que os resultados dos investimentos e da produção resultam de um ambiente atractivo, com condições de impostos mais favoráveis para o negócio, muitos projectos dependem do trabalho persistente, de instituições sólidas, de políticas coerentes, de tempo de maturação, por vezes, levam anos. Dependem também da continuidade estratégica e da capacidade de aprendizagem e da capacidade de ajustamento, quando aconselhável.

O Mundo Está a Mudar, em grande velocidade

III. O MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

29. Nenhum país constrói hoje o seu futuro isoladamente. Vivemos uma época em que as fronteiras económicas, tecnológicas e geopolíticas se tornaram profundamente interdependentes. Uma decisão tomada em qualquer grande centro financeiro pode afectar o custo do crédito em Moçambique, em segundos, um conflito regional pode alterar os preços da energia e dos alimentos à escala global; uma inovação tecnológica desenvolvida num laboratório distante pode transformar, em poucos anos, sectores inteiros da economia mundial. Países frágeis e vulneráveis como Moçambique ressentem-se muito destes choques exógenos. Os planos dos países pobres ficam condicionados por alterações exógenas.
30. Esta realidade obriga-nos a olhar para Moçambique não apenas a partir das suas circunstâncias internas, mas também do contexto internacional em que está inserido. O futuro do País é inevitavelmente influenciado pelas grandes transformações redesenhadas globalmente, com alianças volúveis, com sérios efeitos nas economias de baixa renda. Estamos a assistir a u
31. Uma profunda reorganização da ordem económica mundial, alguns diriam desordem. As cadeias globais de produção estão a ser redefinidas, as políticas industriais regressaram ao centro das estratégias nacionais e a competição entre as grandes potências deixou de se limitar ao comércio tradicional. Países que permanecerem presos a modelos económicos do passado poderão ver aumentar o seu atraso relativo. Os que conseguirem adaptar rapidamente os seus sistemas educativos, científicos e empresariais aumentarão a sua competitividade e criarão fontes de riqueza. Por seu lado, a resiliência climática deixou de ser apenas uma preocupação ambiental; passou a ser uma condição indispensável para qualquer estratégia séria de desenvolvimento.
32. A par, o continente africano encontra-se perante uma oportunidade histórica. Nas próximas décadas será a região mais jovem do planeta, concentrará uma parte significativa dos recursos minerais essenciais à transição energética e assumirá um peso crescente na economia mundial. Estima-se que o desenvolvimento de África deixará de ser apenas uma questão africana para se transformar numa questão estratégica global. Neste novo contexto, Moçambique reúne condições particularmente favoráveis devido à sua localização geográfica coloca-o como uma das principais portas de entrada e saída da África Austral. Os corredores da Beira, de Nacala e de Maputo ligam vários países do interior aos mercados internacionais e podem transformar-se em importantes plataformas logísticas para toda a região. As reservas de gás natural, o potencial hidroeléctrico, os recursos minerais, as vastas áreas agrícolas e a extensa costa marítima conferem ao País uma posição estratégica que poucos Estados africanos possuem.

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

33. Contudo, seria um erro acreditar que estas vantagens, por si sós, garantem o desenvolvimento. A história económica demonstra precisamente o contrário. Muitos países ricos em recursos naturais permaneceram pobres durante décadas, enquanto outros, praticamente desprovidos desses recursos, conseguiram construir algumas das economias mais competitivas do mundo. A diferença nunca esteve apenas na abundância das riquezas naturais. Esteve, sobretudo, na qualidade das instituições, na forma como os diversos actores actuam no contexto da economia política, onde os interesses contrários se digladiam entre si, com frequência interferindo no planeamento a médio e longo prazos, na valorização do conhecimento, na estabilidade das políticas públicas e na competência para transformar recursos em produtividade, inovação e bem-estar.
34. O sucesso das nações no século XXI dependerá cada vez menos daquilo que se possui no subsolo e cada vez mais daquilo que forem capazes de construir acima dele, designadamente: instituições credíveis, capital humano qualificado, empresas inovadoras, infraestruturas eficientes e uma economia baseada no conhecimento. Tudo isto devidamente articulado com adequada defesa de pessoas e bens e de uma efectiva soberania alimentar, sem as quais, a independência económica não tem significado.

A Visão e Estratégias 2050

IV. A INICIATIVA “PENSAR MOÇAMBIQUE 2050”

35. Foi num contexto desafiante similar ao acima descrito que, em meados de 2023, um grupo de moçambicanos lançou a iniciativa “Pensar Moçambique 2050” (PM 2050), que reuniu mais de 65 moçambicanos de diferentes sectores, experiências e sensibilidades, unidos com o propósito de, com as suas ideias, contribuir para a normalização da vida económica e social, procurando unir os moçambicanos num caminho comum, tal como o farol no mar, que nos guiasse até 2050.
 - 1) Ao longo de cerca de 12 meses, o grupo PM 2050, colocando o interesse colectivo acima dos interesses individuais, partidários ou de grupo, elaborou uma Visão para Moçambique até 2050, assente num diagnóstico objectivo, na identificação dos desafios e na procura de soluções capazes de unir os moçambicanos em torno da coesão nacional, da cooperação e da prosperidade.
 - 2) A coordenação geral coube aos Professores João Mosca e Salim Vala. Eu tive o privilégio de ser cooptado no grupo da coordenação. A lista dos coordenadores de grupos e a dos participantes, nobres cidadãos de Moçambique, estão devidamente listados no capítulo da Introdução. No decorrer dos trabalhos, contou-se com o apoio da Fundação MASC, da Organização do Mundo Rural (OMR), do MISA, do Governo de Moçambique e da União Europeia.
 - 3) Desde o início dos trabalhos, acordou-se que as análises seriam fundamentadas, abertas a todos os temas relevantes, com debates livres, procurando sempre o diálogo e a negociação entre os membros do grupo, para alcançar o maior consenso possível. Passados 12 meses, com os conhecimentos ministrados em universidades de nove países ⁱⁱⁱ e assentes nas experiências de cada um dos participantes, no país e no estrangeiro, foram alinhados conceitos, estratégias, políticas e procedimentos e assim se construiu um modelo consensual que o grupo PM 2050 oferece à sociedade moçambicana;
36. O amplo entendimento sobre os caminhos do futuro, que constam das 408 páginas, constam da:
 - **VISÃO 2050: Moçambique inclusivo, próspero e em paz**
 - **ESTRATÉGIAS 2050: Desenvolvimento endógeno, com redução da pobreza e das desigualdades sociais e espaciais, ambientalmente sustentável e em paz.**
37. A tese central da Visão e Estratégias 2050 recomenda que uma parte significativa dos recursos provenientes da exploração do gás e de outras indústrias mineiras seja orientada, de forma criteriosa, para

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

a promoção de uma economia endógena, ou seja, canalizando-as para sectores que criam emprego e valor acrescentado competitivo na agricultura, pecuária, florestas, agroindústria, turismo, transportes e infraestruturas — com maior participação do capital local e fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas moçambicanas, Esta acção permite uma mudança estrutural, crescentemente assente na formação de um empresariado nacional devidamente qualificado e capacitado, com elevação da competitividade empresarial

- 1) O crescimento endógeno visa ainda a transformação estrutural progressiva, diversificado e competitivo com mobilização máxima dos recursos nacionais — trabalho, capital, recursos naturais, conhecimento local, instituições e poupança interna para gerar a riqueza nacional, criar emprego, redistribuir rendimentos e aumentar a base tributária;
- 2) Para ser sustentável, o crescimento do PIB deve ser superior ao crescimento populacional e promover o aumento da produtividade e o reforço da competitividade tendo como motor a industrialização;

Cinco Vectores da Transformação

38. Nos termos da Visão 2050, o crescimento de Moçambique assenta em cinco vectores fundamentais, designadamente (citação):

- 1) *“Promoção da educação a todos os níveis, como a chave para construir uma cidadania activa e um futuro próspero. O pilar do desenvolvimento humano incorpora a educação, a ciência, a tecnologia e a inovação, a saúde e a acção social, indispensáveis para um crescimento sustentado. O desenvolvimento requer o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber estar, requer as competências específicas, o conhecimento, as habilidades e a atitude empreendedora perante a produção e distribuição equitativa da riqueza para todos.*
- 2) *Redução da pobreza, com acções sobre as suas determinantes principais: produtividade agrícola dos pequenos produtores, criação de emprego, qualidade da educação, da saúde, do abastecimento de água e das infraestruturas.*
- 3) *Desenvolvimento económico com diversificação e transformação estrutural da economia, assente no capital interno, na competitividade e na promoção de competências, na modernização do tecido económico, no conhecimento, inovação tecnológica e empreendedorismo, massificando assim a geração de empregos qualificados. O aumento da produtividade, a competitividade e a adequada integração na região e no mundo são um imperativo para o desenvolvimento sustentável da nação.*
- 4) *Viabilização das empresas para as tornar competitivas, assegurando a ampliação da base tributária por via de uma política fiscal incentivadora da produção, de apoio técnico e financeiro e pela promoção do autoemprego qualificado.*
- 5) *Igualdade de oportunidades, ética, inclusão, respeito pelo bem público, valorização do mérito no acesso e na promoção, transparência dos processos, contas auditadas e transparência na prestação de contas, que abrangem uma maior percentagem das instituições e dos cidadãos”*

39. A Visão 2050 propõe uma reforma modernizadora da Administração Pública, orientada para maior eficácia, melhor acesso à informação e serviços públicos de qualidade, em especial na justiça, saúde e educação. Defende igualmente uma redefinição mais clara das funções do Estado: regulador isento, garante do equilíbrio social e promotor de um ambiente de negócios favorável, capaz de apoiar, com incentivos transparentes e contrapartidas exigíveis, a competitividade das empresas moçambicanas.

40. Um dos maiores desafios da economia moçambicana é reduzir a informalidade e criar emprego seguro ou conferindo habilidades para o auto-emprego, em escala suficiente para absorver a população que entra anualmente no mercado de trabalho. Nesse quadro, a Visão 2050 recomenda a criação dos Serviços do Estado Moçambicano de Apoio Corporativo (SEMAC) e de um banco com valências de desenvolvimento que implemente a “agenda nacional”, ambos geridos com rigor profissional, como instrumentos para

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

apoiar empresas, qualificar produtores, ampliar a base produtiva e promover uma acumulação mais ampla, meritocrática e ambientalmente sustentável.

41. Para além do Sumário Executivo e da Introdução, o documento Visão 2050, compreende 12 capítulos, designadamente: (1) Concepção de desenvolvimento endógeno; (2) Sociedade, Instituições, Estado e Democracia; (3) Desenvolvimento Económico; (4) Educação; (5) Saúde; (6) Infraestruturas e urbanismo; (7) Cultura; (8) Ciência, Tecnologia e Inovação; (9) Ambiente e Sustentabilidade; (10) Relações Externas e Cooperação Internacional; (11) Compilação de Medidas até 2050 e Objectivos para além de 2050; (12) O caminho a Seguir. Cada capítulo contém o diagnóstico da situação, os principais desafios e algumas propostas de soluções.
42. Durante a elaboração da Visão 2050 houve uma interação com o Governo para assegurar um alinhamento das conclusões do PENSAR MOÇAMBIQUE 2050, com a ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (2025-2044) e o PLANO QUINQUENAL DO GOVERNO (2025-2029). Essa sinergia possibilita a construção de planos mais consentâneos com o desenvolvimento de Moçambique que se pretende inclusivo e integrador.

V. REFORMAS PRIORITÁRIAS E ACÇÕES PRÁTICAS VISANDO O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO

43. Moçambique tem uma oportunidade para, em certas condições, repito, em certas condições, de deixar de ser país de mão estendida à espera da ajuda ou dos investimentos provenientes do estrangeiro e segurar as rédeas do crescimento e desenvolvimento económico, formulando uma agenda nacional integradora e implementada com sucesso. A Visão e Estratégias 2050 constituem uma contribuição nesse sentido sugerindo algumas iniciativas de longo alcance, se foram implementadas!

Os caminhos para 2050 para além da Visão, Estratégia e os Planos mencionados requerem acções a serem decididas até ao fim do ano, para enfrentar os constrangimentos e os desafios concretos. Assim, com vista a assegurar rápido restabelecimento da confiança e repor a normalidade do funcionamento da economia, com remoção dos obstáculos que envolvem cada uma das cadeias de valor, recomenda-se começar com as seguintes acções:

1ª Acção: Restabelecer a confiança dos mercados – algumas ideias:

1. A prioridade do momento é restabelecer a coordenação das políticas macroeconómicas e das medidas para restabelecer a confiança dos mercados

1.1. Próximos 6 meses:

- 1) Assegurar sintonia permanente entre a política monetária e cambial e a política fiscal, bem como alinhar com a estratégia de crescimento em geral.
- 2) Promover a consolidação fiscal até 2028 (inclusive), com o compromisso de haver congelamento da massa salarial até ao seu ponto de equilíbrio.
 - a) O congelamento temporário da massa salarial deve ser acompanhado por uma reforma estrutural que identifique e corrija as causas profundas da recorrente falta de controlo na gestão da função pública.
 - b) Medidas exclusivamente administrativas terão um impacto limitado e não assegurarão uma solução sustentável, pelo contrário, podem gerar instabilidade que pode induzir um retrocesso ainda maior;

1.2. Ao longo de 24 meses, a começar de imediato:

- 1) Restabelecer o sistema de câmbios flexíveis que já provou ser um instrumento válido no período anterior a 2016, mecanismo que já tinha tornando irrelevante as diferenças entre o câmbio paralelo e o oficial e que tinham permitido crescimentos médios do PIB a níveis próximos de 8% ao ano;

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

- 2) Realinhar gradual e tendencialmente o câmbio oficial do câmbio paralelo no período de 24 meses;
 - a) Alargar a capacidade institucional para alargar e aprofundar os mercados
 - b) É necessário desenvolver capacidade institucional para desenvolver os mercados.
 - c) Um câmbio mais flexível por si só não será suficiente.
 - d) O investimento local e estrangeiro se sentiria atraído se houver confiança que as reformas vão produzir um mercado monetário e cambial com maior liquidez, com profundidade e instrumentos modernos.
 - e) O mesmo se aplica ao mercado de capitais, onde se deve coordenar a consolidação fiscal com um maior desenvolvimento do mercado da dívida pública com maior participação e confiança dos agentes económicos
- 3) Moçambique precisa de desenvolver o seu próprio programa de reformas e políticas. Um possível programa com o FMI deve ser para ajudar a implementar esse programa.

1.3. Até Dezembro 2026 concluir as negociações com o FMI

- 1) Ao longo dos seus 42 anos como membro do FMI e do Banco Mundial, Moçambique acumulou uma vasta experiência de cooperação com as instituições de Bretton Woods, cujo principal objetivo é promover a estabilidade macroeconómica e financeira.
- 2) As recomendações destas instituições não devem ser encaradas como um fim em si mesmas, mas como instrumentos que o País pode utilizar, de forma estratégica e adaptada às suas prioridades, para restaurar a confiança dos investidores, melhorar a classificação de risco, reduzir os custos de financiamento e reabrir o acesso aos mercados internacionais.
- 3) Face a choques endógenos e exógenos acumulados nos últimos anos, Moçambique enfrenta hoje uma situação que requer ajustes com vista a restabelecer os equilíbrios macroeconómicos e macrofinanceiros.
- 4) Neste contexto, o acordo de um Programa com o FMI, à semelhança do que já ocorreu no passado, é fundamental para reforçar a credibilidade da economia e restaurar a confiança dos agentes económicos.

1.4. Para fortalecer a capacidade negocial do Estado, Moçambique deve mobilizar a experiência dos seus próprios quadros com profundo conhecimento do funcionamento do FMI e do Banco Mundial, colocando esse capital humano ao serviço do interesse nacional;

1.5. Dos novos financiamentos que seja possível acordar com o FMI para mitigar os efeitos das reformas acima referidas, recomenda-se que:

- 1) Uma parte seja utilizada para liquidar a dívida interna do Estado, aliviando os 'cash-flows' das empresas, melhorando os indicadores prudenciais dos bancos comerciais;
- 2) Uma parte seja utilizada para melhoria dos serviços de saúde, da educação e assistência social;

2. Apoio dos Parceiros de Cooperação

2.1. Face às reformas em curso, os parceiros de cooperação poderiam contribuir para facilitar a assinatura de um programa de assistência do FMI a Moçambique, com fortalecimento de apoio na implementação de políticas prioritárias do governo, a realizar ao longo de um período de 18 a 24 meses;

2.2. Adicionalmente ao programa com o FMI, os parceiros de cooperação poderiam considerar, um vasto programa de apoio ao desenvolvimento e implementação de uma nova geração de políticas públicas, com vista à recuperação económica designadamente: (a) para apoiar o desenvolvimento e financiar políticas públicas visando o crescimento das MPME's e a geração de empregos de jovens, assegurando diversificação económica; (b) a transformação gradual e crescente do sector informal para o sector formal; (c) apoiar o desenvolvimento de políticas que tenham por objectivo fortalecer

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

empresas para que obtenham contratos ao abrigo do conteúdo local, principalmente as que se associarem o capital nacional com o estrangeiro;

2.3. Usar o conhecimento e a capacidade de mobilização de recursos dos parceiros de cooperação como catalisador das acções visando ampliar a capacidade do Estado de usar a logística como um integrador nacional e um acelerador do desenvolvimento, mantendo operacionais as estradas secundárias, com transitabilidade ano inteiro, em todas as províncias e distritos de Moçambique; construir estradas de qualidade em rotas vitais que ligam a produção e o consumo e vitalize o desenvolvimento regional; (c) projectos de energia, logística entre outros.

3. Compromisso de gestão profissional rigorosa

- 1) Neste contexto, e pensando nos próximos 25 anos, deve haver a reafirmação do compromisso de Moçambique no sentido de que os fundos recebidos serão geridos com rigor profissional e, em caso de prevaricação, os responsáveis serão judicialmente processados no Tribunal de Contas, de forma célere;
- 2) Os sucessivos governos de Moçambique, até 2050, devem comprometer-se a, enfrentar os problemas gerados na esfera da economia política, de governação e de responsabilização que sustentam estas distorções e de todos os não cumprem a lei e as decisões dos Tribunais.

2ª Acção: Foco na elevação da produção agrária e agroindustrial

1. Não há independência económica sem haver soberania alimentar. Para além das acções referidas na Visão 2050, o desenvolvimento agrícola e rural exigem um programa agrícola integrado, combinando aumento da produção com irrigação, armazenamento, logística, agroindústria e o acesso aos mercados, eliminando-se os monopólios estatais criados. Deve-se privilegiar culturas de ciclo curto que permitam mais do que uma colheita por ano, sempre que possível. Principais ciclos agrícolas: calendário mensal desde a preparação do terreno até à colheita, acompanhado do planeamento prévio necessário para prevenir constrangimentos operacionais e assegurar níveis mais elevados de produção.
2. É sabido que a produtividade agrária constitui a porta de entrada natural para o alcance da tão desejada transformação estrutural da economia. Políticas industriais integradas e a necessidade de formalização e de modernização dos sistemas económicos requerem uma acção governamental estratégica e coordenada de modernização da agricultura e promoção da industrialização e, por constituírem uma prioridade da nação e serem essenciais na luta contra a pobreza, devem envolver uma multiplicidade de instituições, directa e indirectamente:
 - 1) Assim, todas as instituições nacionais, directa ou indirectamente, devem contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrária, da produção agroindustrial e da indústria transformadora. Neste âmbito, deve-se assegurar a relevância da investigação agronómica, a extensão rural e a disseminação de técnicas de produção e de equipamentos adequados para o aumento efectivo da produção do sector familiar e o aumento da produtividade geral da agricultura, pecuária, silvicultura e pescas (sector agrário);
 - 2) O programa com o FMI referido anteriormente deveria ser acompanhado por uma estratégia acelerada de produção alimentar nacional, com resultados visíveis num horizonte de 18 meses. O sucesso dependerá igualmente da rápida remoção dos constrangimentos de economia política e do individualismo na governação que há décadas limitam o desenvolvimento do sector.

Necessidade de agir rápido

3. Mais do que novos planos ou mais financiamento externo, Moçambique precisa de agir com rapidez, foco e capacidade de execução. Como recordou recentemente o Professor Carlos Lopes, o Vietname, que praticamente não produzia café e caju há poucas décadas, é hoje um dos maiores produtores mundiais. A diferença não esteve na natureza, mas na visão estratégica, na organização e na implementação consistente das políticas. O mesmo pode acontecer em Moçambique. Em vez de grandes estratégias, cada

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

sector e cada distrito deve identificar poucas prioridades concretas, remover rapidamente os obstáculos que travam a produção e concentrar esforços nas cadeias de valor com maior potencial, como o caju, a agricultura alimentar.

4. Moçambique, que já foi o maior produtor do mundo, em 2025 produziu apenas 150.000 toneladas de castanha de caju.
 - 1) A Costa do Marfim, que há duas décadas partia de colheitas modestas, tornou-se no maior produtor mundial de castanha de caju, com cerca de 1,3 milhões de toneladas por ano; e a Guiné-Bissau produziu 350.000 toneladas (2025) e o Vietnã também conseguiram afirmar-se com sucesso neste sector. Moçambique já teve posição de destaque e pode recuperá-la.
 - 2) Estes resultados ilustram a disciplina, a capacidade produtiva, os centros de investigação e a orientação para resultados dos povos destes países.
 - 3) Uma ‘task force’ multidisciplinar poderia ganhar a próxima campanha em curso – remover o que a bloquear a campanha, e assegurar elevação das metas;
5. O mesmo raciocínio poderia aplicar-se ao turismo. Há anos que se fala de Moçambique como destino fascinante. Na realidade, é fantástico visitar as belas praias e circular pelos parques nacionais - contudo, isso não está a gerar fluxos de turistas, que poderiam gerar divisas substanciais.
 - 1) A pequena ilha do Zanzibar, com menos de meio por cento de superfície comparado com Moçambique, com único acesso por via aérea ou marítima, em 2015, recebeu 917.167 turistas, que corresponde a uma média diária de 2.512 visitantes por dia. O sector turístico integrado da Tanzânia gerou aproximadamente USD 3,9 mil milhões no mesmo ano! Cabo Verde é outro exemplo de sucesso: 2025 recebeu 1,2 milhões de turistas.
 - 2) A grande época está próxima: Dezembro de 2026 – podemos fazer diferença se houver liderança com conhecimento específico.
6. A constituição de “task force” multidimensional, que só trate turismo, poderiam ser responsabilizadas para preparar a boa recepção de turistas e ganhar já a próxima época de Natal e fim de ano. Esta “task force” com mandato claro e poderes efectivos para remover todos os constrangimentos na cadeia de valor do turismo: custos e celeridade dos vistos, qualidade do atendimento, segurança, limpeza, acesso rodoviário, serviços hoteleiros e de restauração, o asseio dos táxis e outros transportes internos, centros de promoção dos destinos, artesanato e coordenação entre entidades públicas e privadas. O Banco de Desenvolvimento de Moçambique e a SEMAC seriam de uma grande ajuda no sentido de tornar todas estas estruturas competitivas.
7. No plano micro, o que falta nem sempre faltam recursos nem oportunidades. Perde-se muito nas formalidades, falta transformar planos em ação, com sentido de urgência, coordenação e responsabilização. Ganhariam todos: os produtores, as famílias rurais, as empresas e o Estado. Tal sucesso permitiria estabilizar a população no campo, auferindo maior rendimento. O tema é: o que falta para que este potencial seja libertado? Provavelmente haverá ‘lobbies’ de empresas nacionais e estrangeiras, com interesses contrários. Mas o papel do Estado é actuar com isenção e facilitar o crescimento da produção e da exportação e a economia nacional que iria registar aumentos do seu PIB.

3ª Acção: Sobre o Papel Nevralgico das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs)

1. Se tivesse de identificar o principal motor da transformação económica de Moçambique, apontaria para as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). São elas que mais criam emprego, dinamizam as economias locais, geram rendimento, inovação e receitas fiscais. Contudo, continuam limitadas por informalidade, dificuldades de financiamento, taxas de juro reais elevadas, disparidades cambiais, excesso de burocracia, baixa incorporação tecnológica e um ambiente de negócios ainda pouco previsível.

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

2. O desenvolvimento sustentável exige uma parceria inteligente entre um Estado que assegure estabilidade macroeconómica, segurança jurídica, infraestruturas e regras claras, e um sector privado competitivo, apoiado por políticas que promovam produtividade, inovação, digitalização e qualificação empresarial. Um Estado promotor do crescimento deve apoiar a capacitação técnica das empresas e facilitar o acesso a financiamento, incluindo por via do Banco de Desenvolvimento, com regras claras, alocação responsável e mecanismos de auditoria.
3. Neste quadro, é particularmente relevante a proposta da Visão 2050 de criar mecanismos permanentes de apoio ao desenvolvimento empresarial, incluindo assistência técnica, formação em gestão, inovação tecnológica e modernização organizacional. A constituição dos Serviços do Estado Moçambicano de Apoio às Corporações (SEMAC) permitirá formação e treinamento de qualidade competitiva, que irá acrescentar valor aos recursos nacionais. Moçambique precisa de um verdadeiro ecossistema empresarial, articulando a SEMAC, o Banco de Desenvolvimento e as universidades, os centros de investigação, incubadoras, instituições financeiras, associações empresariais, organismos públicos, parques tecnológicos e plataformas digitais. As universidades devem aproximar-se do sector produtivo, orientar a investigação para problemas concretos da economia e formar jovens capazes não apenas de procurar emprego, mas também de criar empresas, riqueza e inovação.
4. Para remover os obstáculos que travam a produção e as exportações, propõe-se a criação de uma Comissão para a Remoção de Obstáculos à Economia, reunindo Governo, sector privado, universidades e centros de investigação. Esta comissão teria mandato para identificar e eliminar, com rapidez, constrangimentos administrativos, fiscais, logísticos e regulatórios nas principais cadeias de valor.
5. A política económica deve deixar de tratar as empresas apenas como fontes de receita fiscal e reconhecê-las como motores de crescimento, emprego e redução da pobreza.
 - 1) Hoje, muitas empresas enfrentam sucessivas inspecções, muitas desproporcionadas que contribuem para a sua descapitalização. Ao mesmo tempo, acumulam-se reembolsos do IVA por receber durante longos períodos, sem compensação financeira, enquanto continuam sujeitas ao pagamento de multas e juros elevados, inclusive em situações de atraso, nem sempre imputáveis às próprias empresas.
 - 2) A situação é difícil para todos, mas não será pela asfixia do tecido empresarial que se resolverá a crise, antes pelo contrário, irá agravar. Não se deve matar a galinha de ovos de ouro que, através dos impostos sustentam grande parte da actividade do Estado. Antes de cobrar mais ou punir, é necessário assegurar que as empresas sejam viáveis, capazes de investir, inovar, gerar lucros e reinvestir. Para isso, são essenciais a formação técnica, a boa gestão, o financiamento adequado, a estabilidade das políticas públicas e instituições permanentes de apoio empresarial, bem como uma política de incentivo ao reinvestimento, criação de emprego, formação. Só assim será possível criar riqueza para depois a distribuir.
 - 3) As inspecções inclusive as inspecções do trabalho, devem cumprir a lei, mas actuar de forma coordenada, pedagógica e proporcional, evitando intervenções excessivas e sucessivas que perturbem a produção. A empresa deve ser vista como parceira do desenvolvimento, empregadora e criadora de riqueza, merecendo incentivos à medida que investe e reinveste, especialmente nos seus primeiros anos de actividade, que deveriam ter benefícios que permitem o seu crescimento sustentável.
 - 4) Acresce, que a CTA está a solicitar à administração pública que:
 - a) Assegurar o pagamento das dividas do Estado as Empresas
 - b) Suspender o pagamento do ISPC- Imposto simplificado para Pequenos Contribuintes pelos produtores ate publicação do novo Código Tributário, dando tempo para crescerem e se tornarem empresas formais;
 - c) Priorizar a disponibilidade de divisas para os insumos necessários aos sectores produtivos – agricultura, indústria, agro-negócios;

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

- d) Remover todas as barreiras que impedem um ambiente económico eficiente e transparente ;e)
Garantir que a Lei e Ordem seja efectiva e combata severamente a corrupção.
- 5) Como sugestão, seria desejável que houvesse uma conferência nacional de alto nível sobre a agricultura e agronegócio que envolvesse o Governo e o sector privado que inclua empresários, as suas associações e os sindicatos. Este encontro contribuiria para ouvir de viva voz quais os bloqueios que condicionam o crescimento, para resolver temas multisectoriais que envolvem a produção e a circulação de bens.
- 6) Moçambique só será competitivo quando as suas empresas poderem produzir mais, melhor e a custos competitivos, gerando investimento, produtividade, emprego e crescimento inclusivo. Esta agenda exige liderança sectorial competente, coordenação intersectorial e acompanhamento regular dos resultados, monitoria dos planos sectoriais, não apenas para diagnosticar desvios, mas também para propor correcções e articular acções entre sectores.
- 7) Para desempenharem plenamente o seu papel, os agentes privados precisam de previsibilidade e segurança, incluindo estabilidade jurídica: livre circulação de pessoas e mercadorias, protecção física e jurídica, estabilidade monetária, menor interferência indevida na actividade empresarial e fiscalização regular, pedagógica e proporcional, sem multas arbitrarias que perturbem ou bloqueiem a produção.
- 8) Como sugestão, seria desejável que houvesse uma conferência nacional que envolvesse o Governo e o sector privado que inclui empresários, as suas associações e os sindicatos. Este encontro contribuiria para ouvir de viva voz quais os bloqueios que condicionam o crescimento, para resolver temas multisectoriais que envolvem a produção e a circulação de bens.

4ª Acção: Instituições Credíveis, Liderança Competente e Estabilidade na administração pública

1. Se tivesse de identificar uma outra prioridade importante para colocar Moçambique numa nova trajetória de desenvolvimento, escolheria a reforma da Administração Pública. O País necessita de instituições estáveis, profissionais e assentes no mérito, preservando a memória institucional e reduzindo a excessiva rotatividade de quadros a cada ciclo político.
2. Mas esta reforma só produzirá resultados se for acompanhada por uma ruptura clara com as práticas que há décadas, fragilizam o Estado: corrupção, concursos e contratos viciados, favoritismo, tráfico de influências, nepotismo, tribalismo, nomeações sem competência, captura das instituições por interesses privados e a cultura da impunidade. Estas práticas afastam o investimento, desperdiçam recursos públicos, reduzem o crescimento económico e minam a confiança dos cidadãos e dos parceiros internacionais. O novo ciclo de desenvolvimento exige um acordo nacional amplo sobre a Administração Pública onde o mérito, a competência, a ética, a responsabilização e o respeito pela lei prevaleçam sobre qualquer interesse particular.
3. No mundo de hoje, em que os Estados competem para obter maior quota de mercado, só um Estado sério, previsível e profissional poderá mobilizar o investimento, acelerar o crescimento e restaurar a confiança no futuro de Moçambique.
4. Nenhum país alcança um desenvolvimento duradouro sem uma cultura de ordem, disciplina, competência e responsabilidade. Estes valores são tão importantes como o investimento ou as infraestruturas, porque moldam o funcionamento das instituições, a produtividade da economia e a confiança da sociedade. A pontualidade, o rigor, a ética, o mérito e a transparência devem voltar a ser marcas da Administração Pública e da vida nacional. Do mesmo modo, a prestação de contas deve ser uma obrigação inquestionável: todas as entidades públicas e empresas do Estado devem publicar demonstrações financeiras auditadas, reforçando a responsabilização, combatendo a opacidade e consolidando a confiança no Estado.

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

5. A reforma da Administração Pública deve assentar na estabilidade, no profissionalismo e no mérito. As mudanças de ciclo político não devem interromper a memória institucional nem conduzir à substituição indiscriminada de quadros permanentes. Cargos-chave, como os de Secretário Permanente, devem ser preenchidos por concurso, com carreira protegida, formação específica e critérios rigorosos de competência, incluindo nas nomeações de confiança.
6. Ao nível institucional, importa definir um limite claro para a criação de ministérios, secretarias de Estado, institutos públicos e instituições de formação, com designações padronizadas e alterações apenas quando devidamente justificadas, fundamentadas e orçamentadas.
7. Ao nível dos quadros, é essencial estruturar carreiras estáveis, com regras claras de mobilidade e valorização social e financeira dos funcionários superiores. Um bom quadro da Administração deve ter reconhecimento próprio, sem que a progressão dependa necessariamente da passagem para cargos governativos.
8. A criação de novas instituições públicas de topo em cada ciclo político deve ser limitada, previamente definida e devidamente fundamentada. A mudança de titulares não deve significar a rejeição automática do trabalho anterior, incluindo estudos técnicos já realizados. O passado deve ser avaliado criticamente, mas tudo o que for útil deve ser aproveitado, ajustado e integrado nas etapas seguintes.
9. Nenhuma pessoa ou instituição detém, isoladamente, todas as respostas para os desafios do País. As políticas públicas nesse novo ciclo de 25 anos devem apoiar-se em estudos credíveis, continuidade estratégica e avaliação crítica dos resultados. As iniciativas que demonstraram impacto positivo devem ser preservadas e aperfeiçoadas, em vez de abandonadas. A estabilidade institucional e a continuidade das políticas são condições indispensáveis para resultados consistentes.
10. Antes da introdução de qualquer política económica ou social, lei ou alteração institucional, deve ser realizado trabalho analítico rigoroso, incluindo avaliação de impacto, implicações orçamentais num horizonte de 10 a 20 anos e identificação clara dos beneficiários. Mudanças institucionais devem respeitar o ciclo orçamental e, em regra, não ocorrer após a aprovação do orçamento.
11. Os titulares de cargos públicos devem frequentar, anualmente, formações curtas sobre gestão de recursos humanos, comunicação pública responsável, utilização de recursos públicos, gestão de crises, liderança de equipas e valorização do trabalho técnico.
12. A primazia da orientação política não elimina a exigência de competência técnica na Administração Pública. Em todos os níveis, o acesso e a progressão em cargos públicos devem basear-se em conhecimento específico, experiência comprovada, capacidade de execução e sentido de responsabilidade.
 - a) É igualmente urgente capacitar os funcionários públicos para compreenderem melhor o seu papel na economia e na vida dos cidadãos. O desconhecimento da lei, o incumprimento de prazos, a ausência de respostas formais e a burocracia excessiva aumentam custos, atrasam decisões e fragilizam a confiança no Estado.
 - b) Princípios elementares como decência, lisura, disciplina, respeito e prestação de contas devem voltar a orientar a vida pública. Para merecer confiança interna e externa, Moçambique deve afirmar-se como um país sério, previsível e responsável.
 - c) Enquanto persistirem práticas ilícitas, concursos adulterados, incumprimento da lei e irresponsabilidade institucional, o País continuará limitado por baixo crescimento, fraco financiamento e perda de confiança. Competência, trabalho, justiça e respeito pela lei devem integrar o ADN nacional até 2050.
13. Nada disto é novo. São lições acumuladas pela experiência nacional. Por isso, impõe-se uma extensiva reforma da administrativa pública, com revisão rigorosa de normas, processos e procedimentos, de modo a reduzir a burocracia, a papelada inútil e os custos de transacção.

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

1. Para que Moçambique avance para um desenvolvimento sustentável e uma prosperidade partilhada, deve prevalecer, sem ambiguidades, o império da lei.
 - Este princípio exige que todos — governantes, autoridades públicas, empresas e cidadãos — estejam subordinados à Constituição e às leis, actuando sempre dentro dos seus limites.
 - Nenhum projecto nacional sério prospera onde a arbitrariedade substitui a legalidade, a conveniência pessoal se sobrepõe ao interesse público ou a impunidade corrói a confiança dos cidadãos.
 - Os países que se transformaram, fizeram da lei uma referência central da vida pública, económica e social. A prevalência da lei protege direitos de propriedade, assegura ordem, reforça a confiança no Estado e cria bases institucionais para um desenvolvimento inclusivo, competitivo e duradouro.
2. O valor da lei mede-se, em última instância, pela sua execução efectiva e atempada. O poder discricionário das autoridades pode ser necessário dentro dos limites legais, mas não pode transformar-se em arbitrariedade ou perseguição.
3. Quando as leis aprovadas não são cumpridas e as decisões judiciais transitadas em julgado não são executadas, instala-se a percepção de que algumas instituições ou indivíduos podem actuar acima das regras. Abre-se, assim, espaço ao abuso, à desobediência, à arbitrariedade administrativa e à impunidade. O incumprimento das decisões dos tribunais ofende a Constituição da República, enfraquece a autoridade do Estado, viola o princípio da separação de poderes, prejudica cidadãos e empresas e projecta, interna e externamente, uma imagem de insegurança jurídica. Em suma, o não cumprimento de leis desonra o Estado, desonra todos os cidadãos.
4. A autoridade da Constituição, das leis e dos tribunais deve ser respeitada por todos, a começar pelos servidores públicos, sem privilégio para grupos de interesse familiares, regionais, partidários, de amizade ou de influência. Caso contrário, compromete-se a credibilidade das instituições, fragiliza-se o Estado e limita-se a possibilidade de construir uma economia forte, robusta, justa e previsível.
5. A desobediência no cumprimento das leis e das decisões dos tribunais pode satisfazer, momentaneamente, o ego de quem se considera poderoso. Contudo, os casos mais mediáticos de incumprimento circulam rapidamente, dentro e fora do país, alimentam comentários públicos e redes sociais, denigrem as instituições e influenciam negativamente as decisões de investimento. A falta de rigor na execução das leis fragiliza as instituições e penaliza a actividade económica. Alguns investimentos poderão continuar a surgir, mas tenderão a estar associados sobretudo a grandes projectos ou a garantias soberanas, que são cada vez mais escassas.
6. O tempo no tratamento dos processos têm uma implicação directa nos custos de transação e nas rentabilidades das empresas. No cumprimento da sua missão, a celeridade dos tribunais, a firmeza e a celeridade dos processos da Procuradoria-Geral da República e a actuação rigorosa da Inspecção do Estado constituem bases essenciais para sustentar a aspiração de independência económica que todos ansiamos.

6ª Acção: Ordem, disciplina, competência e responsabilidade

1. Nenhum país alcança um desenvolvimento duradouro sem uma cultura de ordem, disciplina, competência e responsabilidade.
 - 1) Estes valores são tão importantes como o investimento ou as infraestruturas, porque moldam o funcionamento das instituições, a produtividade da economia e a confiança da sociedade.
 - 2) A pontualidade, o rigor, a ética, o mérito e a transparência devem voltar a ser marcas da Administração Pública e da vida nacional. Do mesmo modo, a prestação de contas deve ser uma obrigação inquestionável: todas as entidades públicas e empresas do Estado devem publicar demonstrações financeiras auditadas, reforçando a responsabilização, combatendo a opacidade e consolidando a confiança no Estado.

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

- 3) O desenvolvimento sustentável não assenta apenas em recursos naturais, financiamento ou infraestruturas; depende igualmente da qualidade moral e organizacional da vida pública.
2. Onde prevalece a lei e a ordem, a competência e a disciplina, as instituições funcionam com maior previsibilidade, a autoridade do Estado ganha credibilidade e os cidadãos encontram referências claras de responsabilidade e de mérito.
3. Neste contexto, a pontualidade merece destaque especial. O Presidente Samora Machel costumava dizer: A pontualidade é a sentinela da disciplina! A pontualidade é uma expressão concreta de respeito pelo próximo, apreço pelo tempo colectivo e compromisso com o cumprimento rigoroso do dever. Não se trata de um detalhe menor, mas de um valor civilizacional que educa para a seriedade, melhora a produtividade e fortalece a cultura institucional. A tolerância ao atraso, ao imprevisto e ao desleixo corrói a disciplina, banaliza o incumprimento e enfraquece a autoridade moral das instituições. Por isso, cultivar a pontualidade, o rigor, a competência técnica e o sentido de prestação de bom serviço devem fazer parte de uma transformação mais ampla do comportamento público e privado, condição indispensável para um Estado eficaz, uma economia competitiva e uma sociedade orientada para resultados.

7ª Acção: A respeito da Ética e Moral

1. O maior desafio de Moçambique não é apenas económico; é também moral e institucional. O desenvolvimento exige um novo compromisso nacional assente na ética, na integridade, na justiça, na reconciliação e no sentido de pertença à mesma Pátria.
2. Com o objectivo de renovar o contrato social entre os moçambicanos — enquanto pilar da estabilidade, da paz e do desenvolvimento — de consolidar o sentido de Pátria e de moçambicanidade, assente na diversidade racial, étnica, social e cultural, e de aprofundar a reconciliação nacional e a cultura de paz, a Visão 2050 recomenda que o Presidente da República convoque uma grande Convenção Nacional, reunindo partidos políticos, confissões religiosas, sociedade civil, academia e sector privado, para renovar o Contrato Social entre os Moçambicanos e definir os princípios éticos e morais que devem orientar a construção de um Estado íntegro, inclusivo, ao serviço dos cidadãos e comprometido com a paz, a prosperidade, integridade e o orgulho nacional.

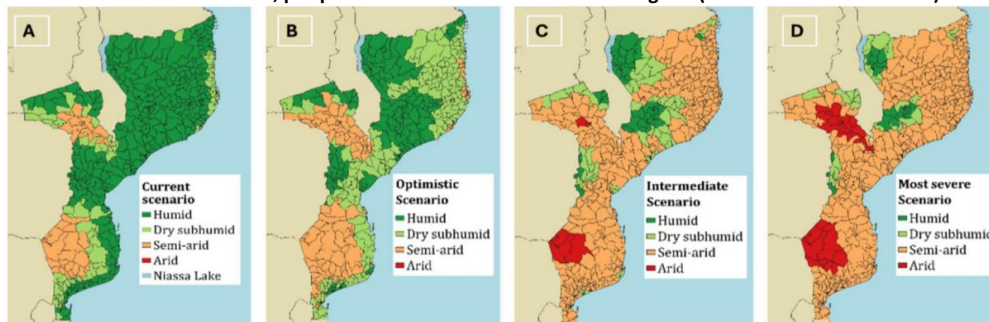
8ª Acção: Preservação do Meio Ambiente

1. Moçambique foi abençoado com uma riqueza natural extraordinária, mas essa riqueza não é inesgotável.
2. A Visão 2050 ^{iv} alerta que, sem uma ação determinada, as alterações climáticas poderão transformar extensas áreas do País em zonas áridas, comprometendo a agricultura, a disponibilidade de água e o bem-estar das futuras gerações. A resposta exige políticas de adaptação, mas também uma mobilização nacional. Por isso, propõe-se que a plantação de árvores passe a integrar, de forma sistemática, todas as cerimónias oficiais, visitas de trabalho e grandes eventos públicos, com as lideranças a dar o exemplo. Mais do que plantar árvores, estaremos a cultivar uma cultura de responsabilidade, sustentabilidade e compromisso com o futuro de Moçambique.

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

Moçambique: clima observado (1970-2000) e previsto (2081-2100) com base no índice de aridez, para três cenários climáticos, por posto administrativo - mediana de 8 gcms (maiores medidas comuns)



Fonte: Abbas et al. (2023). Disponível em [HTTPS://link.springer.com/article/10.1007/s11027-023-10082-5](https://link.springer.com/article/10.1007/s11027-023-10082-5), com base na tese de doutoramento da autora e Abbas, Máriam (2022) - Efeitos das mudanças climáticas nos sistemas de produção em Moçambique: implicações para a segurança alimentar. Observador Rural N.º 123. OMR. Maputo; Vide Visão 2050 – pág. 59

3. Nesse sentido, a Visão 2025 solicita a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República que esta iniciativa, pelo seu alcance simbólico, pedagógico e ambiental, seja bem acolhida por Vossa Excelência e por todo o Governo de Moçambique e Governos Provinciais e distritais e, naturalmente por toda a sociedade. Para protecção da natureza, solicita-se ainda que se considere a possibilidade de em todos os projectos madeireiros ser necessário o plantio de novas árvores.

9ª Acção PLUS ...: Necessidade de reformas noutros sectores

45. Por condicionalismos de tempo e espaço não foi possível tratar aqui outros temas igualmente estruturantes:
1. Sobre o Estado,
 2. Sobre a juventude
 3. Sobre a educação e formação técnico profissional virada para o crescimento e desenvolvimento
 4. Sobre como transformar o dividendo demográfico em dividendo produtivo e tecnológico;
 5. Sobre as infraestruturas e os corredores logísticos relacionados com os países do “hinterland”;
 6. Sobre o desenvolvimento da saúde
 7. Sobre a cooperação regional e a absoluta necessidade de integração no quadro do SADC;

10ª Sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (CoNDES)

46. A finalizar, e visando o acompanhamento da implementação da Visão e Estratégias 2050, foi proposta a criação de “um Conselho Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (CoNDES), que manterá a articulação formal com o Governo e demais autoridades. O CoNDES deverá ser um órgão independente e sem subordinação a nenhuma entidade pública ou privada, com garantias de independência de pensamento e de escrita, será composto por cidadãos, independentemente de qualquer filiação, com créditos firmados pela sua experiência certificada e competente para proceder à avaliação das políticas públicas, da economia e do desenvolvimento, da política fiscal e monetária, da exploração dos recursos naturais e seu impacto na sociedade e, ainda, regularmente emitir opiniões sobre a interacção do Estado com os cidadãos, sobre os espaços cívicos e as liberdades dos cidadãos”

VI. O CAMINHO PARA 2050 ESTÁ À NOSSA FRENTE

47. Moçambique dispõe hoje de quase tudo o que é essencial para vencer: uma visão para o futuro, estratégias de desenvolvimento, abundantes recursos naturais, uma juventude numerosa e cada vez mais qualificada e parceiros dispostos a apoiar o nosso percurso.
1. Governar é criar condições para que as famílias e as empresas produzam, tenham acesso aos mercados e gerem rendimento, emprego e prosperidade.

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

2. O que determinará o nosso sucesso já não será a falta de planos nem a escassez de oportunidades, mas a nossa capacidade de executar, com disciplina, competência, integridade e sentido de interesse nacional.
 3. É igualmente fundamental não avançar sozinho ou apenas com um grupo reduzido de pessoas. O desenvolvimento inclusivo significa inclusão de todos. Todos devem ter oportunidades similares. A reconciliação significa negociação permanente e a partilha justa – só assim conseguiremos ter estabilidade.
 4. Certamente que não é fácil, isso levará seu tempo. Devemos interiorizar que o nosso objectivo no plano económico e social no ano 2050 Moçambique seja um país de rendimento médio alto.
48. Por isso, propõe-se que a Visão 2050, amplamente consensualizada no âmbito da iniciativa Pensar Moçambique 2050 e em debates que ocorreram em várias conferências, seja apreciada pela Assembleia da República, para que constitua uma referência estratégica comum para todos os actores políticos, económicos e sociais nas próximas décadas e apoiem a cooperação internacional a formular os seus planos e programas de apoio a Moçambique.
- A história ensina-nos que as nações não são definidas pela riqueza dos recursos que possuem, mas pela sabedoria, honestidade e coragem com que os utilizam.
49. Gostaria de cumprimentar o Presidente da República pelo trabalho que está a realizar pelos novos caminhos que estão a ser trilhados para restaurar a confiança dos mercados, atrair o investimento e levar a acreditar que a construção de um bem comum pode estar ao nosso alcance. Ampliar o diálogo inclusivo, aprofundar a democracia e a reconciliação, clarificar as regras de jogo, permite maior coesão e avanço conjunto. Tenho esperança que será obtido e materializado um amplo entendimento político em torno dos caminhos a seguir até 2050, assente no compromisso entre irmãos que se comprometem a realizar amplas e necessárias reformas estruturantes, resolver conflitos pela via pacífica, aprofundar a democracia e promover uma verdadeira reconciliação nacional, baseada na concertação, inclusão, partilha, coesão e unidade nacional.
50. O futuro de Moçambique não será apenas decidido pela exploração do gás e outros recursos naturais. A sua contribuição é certamente importantíssima. O futuro de Moçambique será fundamentalmente decidido pela qualidade das suas instituições éticas e profissionais, pela competência e qualidade do desempenho dos cidadãos, pela coragem das decisões que cada um vier a tomar a partir de hoje, e pelo compromisso de boa execução das políticas e reformas.
51. A independência económica será construída pelos próprios moçambicanos, com trabalho, produção, inovação e um combate firme à corrupção, que continua a ser um dos maiores entraves ao nosso desenvolvimento. Nesta caminhada, contaremos certamente com o apoio da cooperação internacional.
- Temos de colocar o interesse nacional acima dos interesses individuais. Temos que fortalecer as instituições. O respeito pela lei e a meritocracia, a valorização dos nossos quadros são caminhos seguros para o sucesso.
- A escolha é nossa. O nosso futuro depende das decisões que tomarmos daqui para a frente. Depende da qualidade das nossas instituições, da integridade das nossas decisões e do trabalho dos moçambicanos.
52. O Moçambique independente, nascido em 1975, foi erguido sobre as cinzas do colonialismo. Construímos a República, estendemos as estruturas do Estado por todo o território nacional, enfrentámos a agressão de dois regimes racistas, suportámos ataques das forças do *apartheid*, fomos sujeitos a mortes e destruições, mas contribuímos decisivamente para a construção da paz na África Austral. Fizemos tudo isso com poucos graduados universitários e com muitos quadros que, tendo apenas a 5.ª classe, aceitaram estudar à noite depois de cumprirem as suas jornadas de trabalho. Há milhares desses jovens de então — verdadeiros heróis anónimos da geração da independência, que

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

nunca foram devidamente reconhecidos nem alguma vez reclamaram ou lamentaram. Prevalencia um sentido de missão, de unidade, de disciplina e a vontade colectiva de construir o País.

53. Hoje, porém, Moçambique dispõe de dezenas de milhares de graduados e de uma juventude formalmente mais preparada. É novamente tempo de mobilizar essa energia nacional para construir uma economia mais forte e produtiva, com redistribuição de rendimentos que reduza as desigualdades sociais. Isso requer conversarmos sobre:

- Como poderá Moçambique capitalizar o dividendo demográfico e transformá-lo em dividendo produtivo e desenvolvimento sustentável - como envolver a juventude no processo de desenvolvimento;
- Como garantir a soberania alimentar e a segurança de pessoas e bens que são as traves mestras da independência económica;
- Como assegurar qualidade das instituições públicas e privadas e da sua gestão ética e profissional;
- Como assegurar que elevação da qualidade da educação, a formação profissional e a saúde impulsionem o desenvolvimento;
- Como garantir que a empresa moçambicana se torne competitiva;
- Como assegurar uma redistribuição de rendimentos mais inclusiva;
- Como melhor beneficiar da cooperação e financiamentos para o crescimento e desenvolvimento sustentável;
- Como estabilizar económica e socialmente as zonas circundantes dos grandes projectos, em particular os da indústria extractiva, em particular ;
- Como construir uma cultura institucional que promova o espírito de trabalho árduo, a inovação, o conhecimento e a aprendizagem.

54. Temos diante de nós uma nova oportunidade, associada ao desenvolvimento da indústria do gás e de outros recursos naturais. Mas essa oportunidade só será uma bênção se os recursos extraordinários forem utilizados com rigor, transparência e visão estratégica, para desenvolver uma economia endógena, assente nas micro, pequenas e médias empresas, na produção nacional, na criação de emprego e na valorização do conhecimento. Naturalmente que este esforço será acompanhado pela cooperação internacional, o “saber fazer” e os recursos das empresas que invistam em Moçambique.

55. Pela minha própria história de luta pelo bem comum, afirmo com convicção que me posiciono a favor do cenário da paz, da integridade, do progresso e desenvolvimento partilhado. O sucesso na luta pela independência económica é uma realidade alcançável! Aceitemos, juntos, ser protagonistas de uma das páginas mais promissoras da nossa História futura. Saibamos, juntos, estar à altura desta responsabilidade.

Estou convicto de que, em 2050, as futuras gerações poderão olhar para este momento e reconhecer que esta foi a geração que decidiu mudar o destino de Moçambique. O futuro está a nossa frente! Façamos, pois, a escolha certa.

Quero agradecer a todos os que contribuíram para que este texto tivesse maior consistência e qualidade..

Excelências,

Meus Caros, até Junho 2050 ... algures!

Bem hajam todos! Obrigado!

Prakash Ratilal

Economista

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

Anexo 1

1. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

A evolução de indicadores económicos e sociais selecionados permite concluir:

1.1. 1993 a 2014 – Crescimento expressivo do Produto Interno Bruto (PIB)

Ao longo de mais de duas décadas após os Acordos de Paz de Roma (1993 - 2015) a economia moçambicana registou crescimento médio anual do PIB de 7,9% ao ano ^v (Gráfico1).

1) Acompanhando estes crescimentos a taxa de pobreza foi reduzindo de 69,4% (1997) para 54,1% (2002/3) e caindo ainda mais para 46,1% em 2014 ^{vi}.

2) Apesar deste desempenho positivo, o modelo económico vigente produziu resultados limitados na melhoria efectiva das condições de vida dos cidadãos.

1.2. 2016 até 2024 - Contração da economia e retrocesso social

A partir de 2016, ano atípico, em contraciclo com a trajectória positiva registada desde o início do século, a economia moçambicana sofreu, uma súbita interrupção na dinâmica do seu crescimento.

- Esta mudança resultou de uma conjuntura adversa, marcada pela revelação da contratação de avultados empréstimos, com garantia soberana, sem observância das leis e normas aplicáveis, facto que abalou severamente a confiança e o desempenho económico, desde então;
- Seguiu-se uma imediata suspensão do financiamento do FMI, a interrupção da ajuda pública ao Orçamento do Estado e o agravamento do risco-país, que determina agravou o *rating* de Moçambique;

1.2. A redução do financiamento externo à economia a favor do incremento do financiamento interno (Gráfico 2), contribuiu para maior volatilidade cambial, para a subida das taxas de juro, maior encerramento de empresas, incremento do incumprimento bancário e crescimento do desemprego. Em contraste com a tendência das duas décadas anteriores, o crescimento económico abrandou para 3,8% em 2016 e 3,0% em 2017, tendo o PIB registado uma recessão de (-)1,2% em 2020, em consequência da COVID-19. Este quadro foi agravado, a partir de Outubro de 2017, pela insurgência em Cabo Delgado, pela pandemia e por sucessivos choques climáticos, que provocaram perdas humanas, destruíram infraestruturas, afectaram a produção e a circulação de bens e incrementaram as despesas do Estado.

1.3. Com a subida das taxas de juros, com taxas de juros reais acima de 13% ao ano (Gráficos 3 e 4), num contexto de baixa inflação, sistema cambial fixo para USD e flexível para as demais moedas, a partir de 2021 (Gráfico 5) , o crescente desalinhamento entre o câmbio oficial do paralelo (Gráfico 6), a dissonância da política fiscal e a política monetária, reduziu o crédito real à economia (Gráfico 4), que no conjunto, penalizaram a produção nacional, reduzindo a sua competitividade e causando a baixa das exportações (Tabela 1) e incentivaram as importações. Moçambique tornou-se cada vez mais dependente da importação de produtos básicos, incluindo alimentos, contribuindo para a geração de emprego no estrangeiro, afectando o emprego, particularmente das pequenas e médias empresas.

1.4. O défice do orçamento de Estado de foi de 4,6% do PIB em 2025 reduzido de 6,2 por cento em 2024. A folha salarial do Estado que correspondeu a 47% das despesas do Estado (2025) e 14% do PIB, uma das mais altas da África Subsahariana – isso, acabou por limitar a capacidade das políticas públicas de influenciar positivamente a economia real. O financiamento externo líquido tem sido negativo.

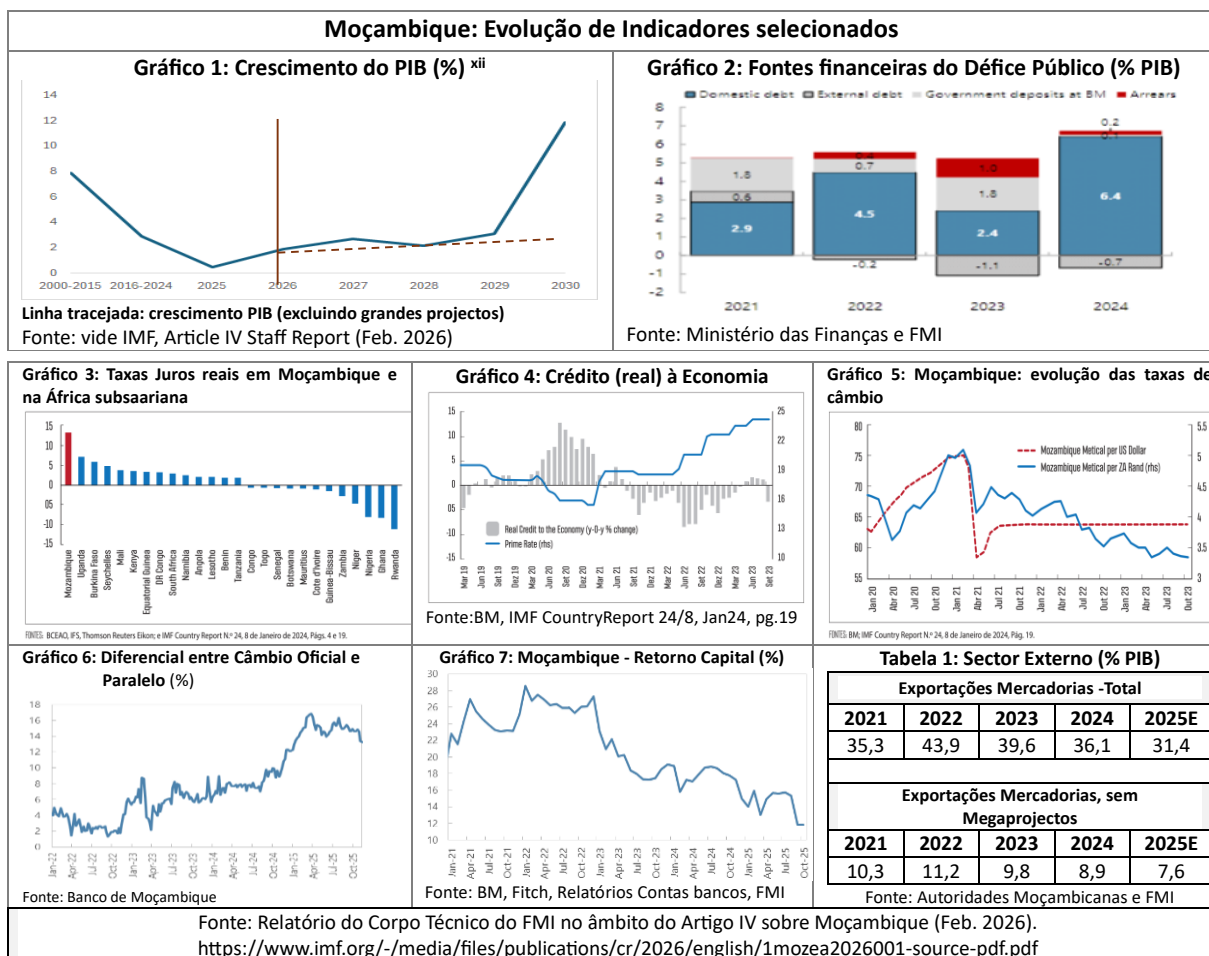
1.5. A crise de confiança generalizou-se desde 2016 com suspensão da ajuda internacional reduziram-se as receitas públicas, cresceu a dívida interna e os respectivos juros A partir de 2025, a cooperação internacional passou a assumir um carácter mais transaccional que impactou substancialmente na redução das receitas do orçamento do Estado. Este contexto contribuiu para a deterioração ainda maior do desempenho dos sectores económicos e sociais, incluindo da educação, da saúde e da assistência social e do Índice de desenvolvimento humano.

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

1.6. Como consequência:

- 1) a taxa de pobreza agravou-se de cerca de 45% (2014) para aproximadamente 68,2% (2024) ^{vii} em 10 anos, ou seja, ganhos de 10 anos anteriores, foram perdidos. As desigualdades regionais acentuaram, com registos de taxa de pobreza, em 2022 ^{viii}, maiores em Niassa com 77%; Zambézia 60,5%, enquanto Maputo Cidade era de 1,5% e Maputo Província 3,3%.
- 2) Os “ratings” relativos ao risco-Moçambique anunciados pela Fitch agravaram-se de CCC (2025) para CC em abril de 2026 ^{ix} aumentando consequentemente os *spreads* bancários, reduzindo substancialmente o financiamento externo disponível. As outras empresas de *rating* apresentam tendência similar de agravamento;
- 3) Neste contexto, cresceu a dívida interna o que reflete tensões severas de financiamento, défices fiscais persistentes e acumulação de atrasados no serviço da dívida que correspondem a 1,3% do PIB no final de 2025, incluindo as obrigações de dívida interna de curto prazo, reflectindo o alargamento das pressões de liquidez em todo o setor público.
- 4) A dívida pública que correspondia a 61,6% do PIB (2015) ^x prevê-se que seja superior a 90% do PIB em 2026 ^{xi}, com peso crescente da dívida interna de curto prazo, contraída com recurso aos bilhetes de tesouro.



1.7. 2024 a 2026 – Anos de instabilidade política social e económica

- 1) Os conflitos que emergiram no período eleitoral, agravaram este quadro económico destacando-se violência e alta instabilidade social e política entre o último semestre de 2024 e o 1º trimestre de 2025, que causaram mortes, danos em unidades produtivas e comerciais e perdas de

Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050

- por Prakash Ratilal -

rendimento para muitas famílias. Como consequência, o PIB (2025) cresceu apenas 0,5% em 2025^{xiii}, num contexto de uma elevada taxa de crescimento populacional de 2,89%^{xiv} (2025)

- 2) A economia registou sinais de abrandamento no primeiro trimestre de 2026, com o sector privado a reportar condições de funcionamento mais difíceis, devido ao impacto simultâneo das calamidades naturais, taxas de juro reais elevadas, limitações no acesso a divisas, pressões no abastecimento de combustíveis e incertezas externas. A disparidade entre o câmbio oficial e o paralelo, superiores a 15% (Gráfico 5), agrava os preços relativos e afecta a actividade empresarial.

1.3. Anos 2026-2030 - Novo ciclo de crescimento, impulsionado pela exploração da indústria extractiva

- 1) A actividade económica moçambicana poderá aproximar-se de um ponto de inflexão positivo, impulsionado sobretudo pela indústria extractiva, com destaque para o carvão, o gás, os minerais críticos e por projectos de energia — incluindo novas hidroeléctricas no rio Zambeze — e pelo desenvolvimento de infraestruturas e corredores logísticos.

ⁱ Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e UNFPA.

ⁱⁱ Visão e Estratégias 2050: página 146

ⁱⁱⁱ Os participantes moçambicanos que elaboraram a Visão 2050, graduaram-se nas seguintes universidades: 1) África do Sul: University of Cape Town, Wits School of Governance; 2) Alemanha - Bauhaus Universität; 3) Brasil: Universidade Cândido Mendes; 4) EUA: Cornell University, Southern University; 5) Espanha: Universidade de Córdoba; 6) França: Universidade Paul Valéry, Montpellier; 7) Moçambique: Faculdade de Engenharia da UEM; Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Faculdade de Direito da UEM, UEM Universidade Pedagógica de Maputo; Portugal: Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Universidade Técnica de Lisboa; Universidade de Lisboa; 8) Reino Unido: University of London, London School; 9) Suécia - Universidade de Gutenberg;

^{iv} Medida 4 da Visão e Estratégias 2050, pág. 370

^v Can Sever. 2026. "Growth Challenges and Policy Priorities in Mozambique; Republic of Mozambique; IMF Selected Issues Paper (SIP/26/014). Washington, D.C.: International Monetary Fund. - pág.4^{vvv}

^{vi} Inquérito INE/IAF, Banco Mundial/UNICEF

^{vii} <https://360mozambique.com/development/ende-mozambique-has-20-years-to-halve-poverty/#:~:text=The%20poverty%20rate%20of%2068.2%20per%20cent%20is,and%20targets%20for%20the%20period%202024%20to%202043.>

^{viii} Governo de Moçambique e UNICEF: Multidimensional Child Poverty (2014/15, 2022)

^{ix} O rating de “risco Moçambique” em 2015 “B” caiu para “CC” em abril de 2026

<https://www.fitchratings.com/research/sovereigns/fitch-downgrades-mozambique-to-cc-23-04-2026>

^{xi} <https://www.fitchratings.com/research/sovereigns/fitch-downgrades-mozambique-to-cc-23-04-2026>

^{xii} Taxa médio de crescimento do PIB (real) – média de 2000-2015: 7,9%; média de 2016-2024: 2,9%; 2020: -1,2; 2021: 2,4%; 2022: 4,4%; 2023: 5,5%; 2024: 2,1%; 2025: 0,5%; 2026: 1,9%; 2027: 2,7%; 2028: 2,2%; 2029: 2,29%; 2030: 11,9% - média 2027-2029: 2,7%. De 2026 a 2029, projeta-se (FMI) uma média de 2,5% e a partir de 2030, prevê-se que a economia cresça 11,9% - in IMF, Article IV Staff Report (Feb. 2026)

<https://www.imf.org/-/media/files/publications/cr/2026/english/1mozea2026001-source-pdf.pdf> - pág. 28

^{xiii} IMF Article IV Consultation, Feb 2026 - IMF Country Report No. 26/45, pág. 4 - <https://www.imf.org/-/media/files/publications/cr/2026/english/1mozea2026001-source-pdf.pdf>

^{xiv} <https://www.worldometers.info/pt/populacao-mundial/mocambique-populacao/>